Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

Tribunal Pleno

DELIBERAÇÃO AC00 - 2407/2018

PROCESSO TC/MS	: TC/18121/2017
PROTOCOLO	: 1839825
TIPO DE PROCESSO	: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO DE JARAGUARI
JURISDICIONADOS	: VAGNER GOMES VILELA EDSON RODRIGUES NOGUEIRA
RELATOR	: CONS. RONALDO CHADID

EMENTA: APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE – FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CONTAS ANUAIS DE GESTÃO – REMESSA INTEMPESTIVA – MULTA – RECOMENDAÇÃO.

A inobservância do prazo de remessa das Contas de Gestão configura infração, ensejando aplicação de multa e recomendação ao atual gestor para que observe com maior rigor as normas legais.

ACÓRDÃO

Vista, relatada e discutida a matéria dos autos, na 20ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, de 22 de agosto de 2018, ACORDAM os Senhores Conselheiros na conformidade da ata de julgamento, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, pela aplicação de **multa** em valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, em desfavor do **Senhor Vagner Gomes Vilela,** e 30 (trinta) UFERMS em desfavor do Senhor **Edson Rodrigues Nogueira,** em razão de que o prazo para remessa – 31 de março de 2017 – ser em sua gestão, restando caracterizada a responsabilidade de ambos, pela não remessa no prazo da lei das Contas de Gestão - exercício de 2016, do Fundo Municipal de Habitação de Jaraguari/MS, com **determinação** para que os ordenadores recolham a multa em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da intimação desta decisão, e no mesmo prazo compareçam nesta Corte de Contas com a comprovação, sob pena de ajuizamento da cobrança, e **recomendação** ao atual Gestor que observe com maior rigor as normas legais atinentes à remessa de documentos obrigatórios, evitando que problemas como os apontados nestes autos se repitam.

Campo Grande, 22 de agosto de 2018.

Conselheiro **Ronaldo Chadid** – Relator

RELATÓRIO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

Instaurou-se o presente processo em decorrência da Comunicação Interna n. 126/2017, oriunda da Diretoria Geral, dando conta de que o município de Jaraguari/MS, não enviou no prazo as Contas de Gestão do **Fundo Municipal de Habitação**, exercício 2016, ao Sistema e-Contas – f. 11, sob responsabilidade do Senhor **Vagner Gomes Vilela**, Prefeito Municipal.

Os autos foram encaminhados à 5ª Inspetoria de Controle Externo, que proferiu a Análise n. 37304/2017, na qual destaca quanto à obrigatoriedade do envio dos referidos arquivos eletrônicos, consoante disciplinado no art. 29 da Resolução TCE/MS n. 54/2016, cujo Anexo III, fixou o prazo para 31 de março de 2017.

Que em consulta ao sistema e-TCE, apurou que houve até aquele momento não foram encaminhadas as contas (04/09/2017), e que o jurisdicionado poderá sofrer as sanções previstas na Lei Complementar n. 160/2012.

O Ministério Público de Contas, através do despacho de f. 16/17, requereu a intimação do Ordenador de Despesas para que encaminhasse as mencionadas Contas, o que entendi por deferir e determinei consoante despacho de f. 18/19, chamando não só o Prefeito responsável à época, como o atual.

Regularmente intimados – f. 20/21; 26/27 -, compareceu o atual Prefeito, Edson Rodrigues Nogueira – f. 30/31 -, demonstrando que procedeu à remessa das Contas em 30 de outubro de 2017, e que ante o não comparecimento do ex-prefeito, foi decretada sua revelia nos termos do despacho de f. 33.

Determinei a remessa dos autos ao Ministério Público de Contas que proferiu o Parecer n. 10280/2018, onde, após relatar a tramitação processual, afirma que ante a remessa desatempada dos documentos, o Gestor está sujeito as sanções prescritas no art. 50, *caput* e inciso II, da Resolução TCE/MS n. 54/2016, opinando pela aplicação da multa correspondente a ambos os Gestores, com recomendação.

VOTO

O Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid – Relator

Consoante ressabido, as remessas obrigatórias de documentos, dados ou informações solicitadas por esta Corte de Contas aos Órgãos Jurisdicionados devem ser atendidas no prazo fixado.

No caso dos autos o Prefeito Municipal de Jaraguari/MS, à época, Senhor **Vagner Gomes Vilela**, não enviou as Contas de Gestão - exercício de 2016, do **Fundo Municipal de Habitação,** no prazo estabelecido pelo artigo 50, inciso II da Resolução TC/MS nº 054/2016 e § 2º do art. 31 da Resolução TCE/MS nº 49/2016, que fixou como data limite para remessa o dia 31 de março de 2017, conforme atestado pela 5ª Inspetoria em sua análise de f. 15, e diante do requerimento formulado pelo Ministério Público de Contas às f. 16/17, determinei a intimação, tanto do ex-prefeito como do atual oportunizando a remessa, que foi efetivada pelo atual, sendo possível observar pela resposta e documentos de f. 30/31, atestando que em 30 de outubro de 2017 houve o encaminhamento pelo sistema e-Contas.

Em seu parecer de f. 35/37, o Ministério Público de Contas opinou que, ante a remessa intempestiva dos documentos, fosse aplicada multa a ambos os gestores, fundamentando no art. 50, *caput* e inciso II, da Resolução TCE/MS n. 54/2016.

Observo que efetivamente os documentos foram encaminhados claramente fora do prazo estabelecido no artigo 50, inciso II da Resolução TC/MS nº 054/2016 e § 2º do art. 31 da Resolução TCE/MS nº 49/2016, e a intempestividade atrai a aplicação da multa máxima prevista no art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012, considerando ter decorrido mais de 30 (trinta) dias do prazo limite de remessa, que era 31/03/2017 e só houve o encaminhamento em 30 de outubro de 2017.

DISPOSITIVO

Assim, acolhendo o parecer do Ministério Público de Contas, **VOTO:**

I - Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** máxima prevista no art. art. 46 da Lei Complementar n. 160/2012, c/c o art. 170, § 1º do Regimento Interno desta Corte de Contas, em valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS,** em desfavor do Senhor **Vagner Gomes Vilela**, Prefeito Municipal de Jaraguari/MS à época, e **30 (trinta) UFERMS** em desfavor do Senhor **Edson Rodrigues Nogueira,** atual Prefeito Municipal em razão de que o prazo para remessa – 31 de março de 2107 – ser em sua gestão, restando caracterizada a responsabilidade de ambos, pela não remessa no prazo da lei - artigo 50, inciso II da Resolução TC/MS nº 054/2016 e § 2º do art. 31 da Resolução TCE/MS nº 49/2016 -, as Contas de Gestão - exercício de 2016, do **Fundo Municipal de Habitação de Jaraguari/MS**;

II – Pela **DETERMINAÇÃO** a que os Ordenadores identificados no item anterior, recolham a multa em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), **no prazo de 30 (trinta) dias,** a contar da intimação desta decisão, nos termos do art. 83 da LC 160/2012, c/c o disposto no art. 172, § 1º, incs. I e II, do Regimento Interno, e no mesmo prazo compareçam nesta Corte de Contas com a comprovação, sob pena de ajuizamento da cobrança;

III - Pela **RECOMENDAÇÃO** ao atual Gestor que observe com maior rigor as normas legais atinentes à remessa de documentos obrigatórios, evitando que problemas como os apontados nestes autos se repitam.

IV – Pela **INTIMAÇÃO** dos interessados quanto aos termos da presente decisão nos moldes prescritos no art. 50, I, da Lei Complementar n. 160/2012, bem como que para efetuarem o pagamento da multa, acessar o link www.tce.ms.gov.br/multas.

DECISÃO

Como consta na ata, a decisão foi unânime, firmada nos termos do voto do Relator, em aplicar multa, em razão remessa intempestiva de documentos e recomendação ao atual gestor.

Presidência do Exmo. Sr. Conselheiro Waldir Neves Barbosa.

Relator o Exmo. Sr. Conselheiro Ronaldo Chadid.

Tomaram parte no julgamento os Exmos. Srs. Conselheiros Iran Coelho das Neves, Marcio Campos Monteiro e Flávio Kayatt.

Presente o Exmo. Sr. Procurador Geral de Contas João Antônio de Oliveira Martins Júnior.

Campo Grande, 22 de agosto de 2018.

Conselheiro **RONALDO CHADID**

Relator

GAB. TWA
SETAC. TST/ARP/DSSM